



MOÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Frente Nacional de Prefeitos – FNP vem a público manifestar o seu repúdio ao governo do Estado de Minas Gerais pela retenção indevida de valores constitucionalmente pertencentes aos municípios mineiros. De acordo com dados divulgados no último dia 22 de novembro, a dívida do Estado com os municípios em razão da negativa de repasse de receitas oriundas de ICMS, IPVA, multas de trânsito, Fundeb, transporte escolar e assistência social já ultrapassa os R\$ 10,5 bilhões.

Essa situação, que afronta a essência do sistema federativo brasileiro, impõe aos municípios e, conseqüentemente, à população, gravíssimos prejuízos na prestação de serviços públicos fundamentais.

Diante deste cenário, prefeitos e prefeitas reunidos em assembleia geral repudiam a conduta do governo do Estado, que se nega a repassar aos municípios receitas tributárias que constitucionalmente lhes pertencem, ato que, segundo a Constituição, é passível de intervenção federal, configuração de crime de responsabilidade e improbidade administrativa.

Os prefeitos e prefeitas dos Municípios brasileiros exigem respeito aos princípios constitucionais, ao pacto federativo e, principalmente, à população mineira.

São Caetano do Sul/SP, 27 de novembro de 2018.

FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS